

## A noção de liberdade para Silvia Federici

*Maria Cristina Longo Cardoso Dias<sup>1</sup>*

**Resumo:** Busca-se, neste artigo, explicitar o conceito de liberdade para Silvia Federici. Será mostrado que esta noção, para a autora, significa a construção de lutas contra o modo de produção capitalista entendido como um sistema produtor e reprodutor de diversas formas de opressão como as de classe, raça e gênero, com vistas ao lucro. Neste sentido, torna-se necessário explicitar o processo de acumulação primitiva de capital como constituinte de antigas e atuais explorações para então mostrar as diversas lutas anticapitalistas que se formam.

**Palavras-chave:** Liberdade – Lutas – Silvia Federici – Modo de produção capitalista – Opressões

### **Silvia Federici's freedom notion**

**Abstract:** This paper aims to explain Silvia Federici's concept of freedom. It will be shown that this notion, for the author, means the construction of struggles against capitalist mode of production, understood as a system which produces and reproduces many forms of oppression such as class, race and gender ones, in order to make profit. In this sense, it is necessary to explain primitive capital accumulation as a constituent of ancient and current exploitations to show various anti-capitalist struggles which have being formed.

**Keywords:** Freedom – Struggles – Silvia Federici – Capitalist mode of production – Oppressions

---

<sup>1</sup> Doutora em filosofia pela USP e Docente do Departamento de Filosofia da UFRN. E-mail: crislongo@gmail.com

## Introdução

Para elucidar o conceito de liberdade em Federici, é necessário compreender de que maneira a filósofa concebe opressões de classe, raça e gênero. A partir disso será possível perceber que elas estão interligadas e são constituídas com o propósito de acumular divisões no proletariado a fim de dificultar sua união na luta pela liberdade.

O nascimento do capitalismo, e sua reprodução, entendido como um sistema que visa ao máximo lucro possível pela exploração do trabalho, é responsável pela constante geração de opressões. A maneira como essas opressões se formam e se articulam remonta ao conceito de *acumulação primitiva* que Federici empresta de Marx, embora o amplie. Segundo o livro *Calibã e a Bruxa*, Marx teria explicado o processo de acumulação, especialmente a partir dos cercamentos de terra e da constituição da mão de obra livre assalariada na Europa. Embora Marx mencione a penúria das mulheres e crianças assalariadas e a exploração colonial, ele não aborda como a divisão sexual do trabalho teria contribuído para a acumulação, tampouco analisa a contento a importância do trabalho escravo para a formação do capitalismo.

É importante notar que, para Federici, a acumulação primitiva não é um processo de consolidação de opressões restrito ao passado, pois ele pode ser posto em marcha quando se trata de acumular mais capital e de operar alguma contrarrevolução face às conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse contexto, insere-se o processo de globalização como uma contraofensiva aos direitos adquiridos por meio dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, responsável por ajustes estruturais que retiraram direitos da força de trabalho, desmontaram Estados de bem-estar social, desapropriaram terras, aprofundaram a divisão sexual do trabalho e a pobreza.

A própria história de militância de Federici fornece, contudo, uma saída para pensarmos quais caminhos tomar na luta pela libertação de todos e todas. O livro *O Ponto Zero da Revolução* aponta possíveis caminhos de mobilização rumo à liberdade.

## Opressões de classe, raça e gênero em Federici

### Acumulação primitiva

Para compreender a noção de liberdade é necessário entender como opressões de classe, raça e gênero se formam e se articulam no modo de produção capitalista. Para tanto, é fundamental a explanação do significado de *acumulação primitiva*.

Esse processo de extrema violência foi estabelecido como uma contrarrevolução às conquistas de camponeses e camponesas europeus da Idade Média. Segundo Federici, em *Calibã e a Bruxa*, movimentos sociais como os milenaristas e heréticos, junto à escassez de mão de obra causada pela redução da população entre 30% a 40% devido à peste negra, aumentaram a correlação de forças dos trabalhadores e trabalhadoras, gerando forte incremento dos rendimentos e redução das jornadas de trabalho<sup>2</sup>. O movimento herético teria sido a primeira internacional proletária, dada a dimensão que assumiu ao longo do século XIII. Inúmeros locais da Europa apresentaram adeptos organizados, dispostos a colocar em

---

<sup>2</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 96.

xeque a divisão sexual do trabalho, a pregar a igualdade entre homens e mulheres, a questionar a propriedade privada e as hierarquias sociais<sup>3</sup>. Como resultado de tais eventos, Federici e Marx ressaltam que o século XV teria sido um período de imensa prosperidade da classe trabalhadora, a sua *Idade de Ouro*. A força de trabalho se recusava a trabalhar quando satisfazia suas necessidades, exigia redução de jornadas, altos pagamentos, auxílios para transporte, tarefas limitadas, se vestiam como senhores e consumiam carne abundantemente<sup>4</sup>.

O aumento do poder de barganha dos camponeses e camponesas gerou a união da burguesia nascente e da aristocracia para armar uma contrarrevolução. Tal contra-ataque deu origem ao processo de acumulação primitiva de capital e ao próprio modo de produção capitalista:

O capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal – possibilidades que, se tivessem sido realizadas, teriam evitado a imensa destruição de vidas e de espaço natural que marcou o avanço das relações capitalistas no mundo<sup>5</sup>.

A contraofensiva fez com que a burguesia se submetesse ao governo dos príncipes<sup>6</sup>, ocasionando a criação de Estados que inicialmente chancelaram o estupro, muitas vezes coletivos, de mulheres pobres, para acalmar os ânimos de homens que demoravam a conseguir sexo, porque tardavam a se casar<sup>7</sup>. Bordéis públicos também foram estimulados com o mesmo intuito, assim como para servir de remédio à homossexualidade, considerada uma ameaça, principalmente por conta do despovoamento pós peste negra. Foi um momento de degradação das mulheres, redução da solidariedade e criação de divisões de gênero na classe trabalhadora<sup>8</sup>.

Um aspecto perpetrado ao longo da contrarrevolução em relação às conquistas da força de trabalho, do período medieval, diz respeito aos cercamentos. Segundo Federici, estes não atingiram apenas terras, mas também corpos e subjetividades. As terras foram cercadas não como forma de liberar os trabalhadores e trabalhadoras, mas como maneira de fixá-los no trabalho mal pago ou não pago. Os cercamentos representaram a privatização das terras do continente Europeu, seja por intermédio de dívidas que camponeses e camponesas não conseguiam pagar, seja pela coerção violenta, por meio da destruição do acesso aos meios de subsistência, a práticas, hábitos, saberes e vivências que eram parte da vida comunal<sup>9</sup>.

O período que se sucedeu aos cercamentos foi de extrema pobreza em que pessoas vagavam famintas<sup>10</sup> e doentes pelas estradas mendigando ou praticando pequenos roubos, com o risco de serem enforcadas, presas ou levadas às *workhouses*. As mulheres foram as que mais sofreram por serem apartadas do acesso direto à terra, pois tinham menor facilidade de

<sup>3</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 70.

<sup>4</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 100.

<sup>5</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 44.

<sup>6</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 108.

<sup>7</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, pp. 103-104.

<sup>8</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, pp. 104-105.

<sup>9</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 130.

<sup>10</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 155.

mobilidade em relação aos homens devido ao perigo de ataques sexuais, bem como pelo fato de serem as responsáveis pelos cuidados dos filhos.

Contudo, foram necessários mais de três séculos para gestar a força de trabalho disciplinada, tal como a conhecemos<sup>11</sup>. Teorias, uma moralidade, uma nova religião e legislações foram construídas como parte de uma ideologia de docilização e domesticação dos corpos<sup>12</sup>. Todas as vivências que decorriam da vida comunal, pelo sistema de cultivo dos campos abertos, foram usurpadas com os cercamentos. Inúmeras decisões sobre o quanto, quando e como plantar e colher, ou sobre como criar os animais, eram tomadas pelos camponeses e camponesas de maneira democrática. Tais experiências foram perdidas com os cercamentos<sup>13</sup>.

A vida comunal trazia também inúmeros conhecimentos às mulheres que, de geração para geração, transmitiam saberes acumulados, como noções sobre parto, práticas contraceptivas e abortivas, além do apoio mútuo, inclusive com respeito à criação de seus filhos. Esse saber, aliado à possibilidade de extrair diretamente de terras comunais os bens necessários à sobrevivência, reduzia o domínio patriarcal de seus maridos<sup>14</sup>.

Foi nítida a ofensiva contrarrevolucionária praticada pela aristocracia e pela burguesia, amplamente patrocinada pelos Estados nascentes, para cercar os corpos das mulheres e transformá-las em territórios político-econômicos a serviço da reprodução e do cuidado<sup>15</sup>. Uma campanha de demonização das mulheres passou a ser perpetrada, retratando-as como seres selvagens, bestiais, a serem dominados. Federici mostra tanto por meio de estudos, como por intermédio de ilustrações, a incitação que passou a ser feita à perseguição de mulheres. Tal fato ficou conhecido como a grande caça às bruxas. Mulheres eram constantemente difamadas, perseguidas, presas, torturadas e assassinadas, muitas vezes em fogueiras. Centenas de milhares de mulheres foram mortas neste processo. O objetivo era destruir sua autonomia profissional e o autocontrole sobre seus corpos, submetendo-as à autoridade total dos maridos e do Estado<sup>16</sup>. As mulheres se tornariam os novos bens comuns dos homens<sup>17</sup>, espécie de compensação pelas terras perdidas. Há apenas um registro de revolta dos homens contra o processo de perseguição das mulheres, em todos os outros casos não foram notadas estas resistências por parte deles<sup>18</sup>.

Com o empobrecimento abrupto da população, a fome, as doenças e a total despossessão, uma série de ódios<sup>19</sup>, divisões e embrutecimentos foram gerados na classe trabalhadora. As mulheres foram ainda mais perseguidas que os homens, pelo processo de caça às bruxas<sup>20</sup>. Elas foram proibidas de ter seus filhos na companhia umas das outras, suas atitudes e gestos passaram a ser vigiados e controlados, seus saberes sobre partos, métodos

---

<sup>11</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 272.

<sup>12</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 284.

<sup>13</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 139.

<sup>14</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 138.

<sup>15</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 170.

<sup>16</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 203.

<sup>17</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 191.

<sup>18</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, pp. 339-340.

<sup>19</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 139.

<sup>20</sup> HERNÁNDEZ e MARTÍNEZ, *En nombre de Sycorax: un homenaje a Silvia Federici*, p. 7: “Ciertamente, con Calibán y la bruja, Federici muestra de manera detallada cómo la transición al capitalismo en Europa implicó la estrategia la caza de brujas, en los siglos XVI y XVII, en un contexto de crisis demográfica y económica, como un ejercicio organizado de desposesión del cuerpo, del saber, de la autoridad y del territorio de las mujeres.”

contraceptivos e abortivos foram criminalizados. A perseguição chegou a tal ponto que mulheres eram punidas caso não fizessem suficiente esforço na hora do parto<sup>21</sup>.

Com esta política, foi construída uma nova divisão sexual do trabalho em que de selvagem a mulher passou a ser retratada como passiva e submissa, um ser que deveria ser controlado pelo marido<sup>22</sup>. Essa descrição da autora demonstra como a noção de mulher é uma categoria histórica que varia conforme os interesses das classes dominantes. Neste caso, os interesses vigentes diziam respeito à apropriação de trabalho não pago das mulheres, submetendo-as às atividades não assalariadas de reprodução e cuidado. De acordo com Silvana Ramos:

O nascimento da mulher moderna por meio da usurpação de sua sexualidade e de seus saberes historicamente constituídos é, portanto, um ponto cego do processo de acumulação primitiva do capital e, ainda, do processo de instituição das modernas relações de poder. Esse nascimento seria incompreensível sem a análise da repressão estatal às mulheres configurada pelo amplo processo de caça às bruxas<sup>23</sup>.

A atual categoria *mulher* é resultante do processo de caça às bruxas, este sendo interno à produção e reprodução do capitalismo, pois a perseguição reduziu o feminino à condição de ser destinado especialmente ao trabalho pouco ou não remunerado.

De acordo com Marx, o Capital é uma relação<sup>24</sup> em que um lado possui os meios de produção e o outro detém apenas a força para vender no mercado. O assalariamento produziria exploração, extração de mais-valor, tendo em vista que boa parte do trabalho empreendido pelos trabalhadores e trabalhadoras não é remunerada. Em *O Capital*, Marx analisa a situação de penúria das mulheres e crianças assalariadas, demonstrando que suas condições de vida são ainda piores<sup>25</sup>, mas não faz menção ao trabalho não pago ao qual às mulheres foram submetidas com a transformação de seus corpos em territórios para a reprodução e o cuidado. Em relação ao colonialismo e à exploração dos povos escravizados nas Américas, o autor os menciona, inclusive denunciando alguns de seus horrores, mas os considera como parte de um momento inicial da acumulação capital.

Segundo assinala Federici, contudo, este elemento não estaria restrito apenas ao primeiro ponto de acumulação de capital. De acordo com a autora, africanos foram brutalmente capturados e trazidos para as Américas. Uma vez no continente americano, foram escravizados, torturados e assassinados ao bel prazer de seus senhores, assim como os povos indígenas. Em alguns locais das Américas, como no Peru e em outras regiões, 95% da população nativa foi morta<sup>26</sup>. Mulheres negras e indígenas sofriam ainda mais, pois para além de toda a violência da tortura, escravidão e assassinato eram, sistematicamente, sexualmente

<sup>21</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 178.

<sup>22</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 205.

<sup>23</sup> RAMOS, *Mulheres e gênese do capitalismo: de Foucault a Federici*, p. 12.

<sup>24</sup> MARX, *O Capital*, p. 836: “Inicialmente, Wakfield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não confere a ninguém a condição de capitalista se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas.”

<sup>25</sup> MARX, *O Capital*, p. 316.

<sup>26</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 167.

abusadas<sup>27</sup>. O racismo, da maneira como o conhecemos, surge como uma forma de dividir a possibilidade de solidariedade entre negros, negras, brancos pobres e indígenas. Esse elemento foi inclusive legislado<sup>28</sup> para quebrar a possibilidade de solidariedade de luta conjunta da classe trabalhadora.

Federici compreende essas explorações como constitutivas do capital e não circunscreve o processo de acumulação primitiva apenas ao passado. Ela afirma que a acumulação violenta de trabalho e de divisões na classe trabalhadora sempre pode voltar com sua brutalidade, quando a classe capitalista se sente ameaçada.

## Opressões atuais

O livro *Calibã e a Bruxa* facilita nossa compreensão sobre por que há opressões de classe, gênero e raça e suas conexões. Resta claro que o modo de produção capitalista as produz e reproduz como forma de acumular trabalho disponível para a exploração. Para o enriquecimento de uma minoria, a maioria deve ser explorada em trabalhos mal ou não pagos, como o trabalho de reprodução realizado pelas mulheres ou trabalhos análogos à escravidão que ainda perduram no planeta. Tanto a exploração do trabalho assalariado quanto a opressão do trabalho não pago são fontes de acumulação do capital.

Em *O ponto zero da revolução* e em artigos atuais de Federici, a globalização aparece como um processo em curso para a efetuação de espoliação ainda maior da classe trabalhadora.<sup>29</sup> Tal processo teria sido firmado como resposta às conquistas resultantes dos movimentos sociais protagonizados nas décadas de 1960 e 1970<sup>30</sup>, assim como a própria origem do capitalismo representou um contra-ataque às rebeliões da Idade Média:

[...] a reestruturação da economia mundial respondeu ao ciclo de lutas dos anos 1960 e 1970 e transformou a organização da reprodução e das relações de classe. Primeiro, houve a expansão do mercado de trabalho. A globalização produziu um salto histórico no tamanho do proletariado mundial, tanto por meio de um processo global de “cercamentos”, que separou milhões de sua terra, de seu trabalho e de seus “direitos consuetudinários”, quanto pelo aumento do emprego das mulheres. De modo não surpreendente, a globalização se apresentou como um processo de acumulação primitiva, que assumiu várias formas<sup>31</sup>.

A globalização<sup>32</sup> foi um processo de acumulação primitiva que desapropriou pessoas de suas terras e direitos. Nos países do Norte, ela significou a transferência de indústrias para

---

<sup>27</sup> DAVIS, *Mulheres, raça e classe*, p. 19: “Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.”

<sup>28</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 216.

<sup>29</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 146.

<sup>30</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 83.

<sup>31</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, pp. 211-212.

<sup>32</sup> ELLIOT e FRANKLIN, *The synthesis is in the machine: An Interview with Silvia Federici*, p. 172: “Globalisation in all its forms has sent millions into the labour market, the work force has enormously expanded, and the length

países do Sul, como resposta aos ganhos sindicais, o aumento da precarização do trabalho e o dismantelamento de Estados de bem-estar social. Custos com educação, saúde e previdência foram transferidos à própria força de trabalho. Programas assistenciais foram cortados, levando ao aumento da pobreza e da criminalidade.

A “revolução da informática”, a financeirização e a desterritorialização do capital criaram as condições para que este constante processo de maior espoliação se tornasse possível, pela precarização do trabalho e desarticulação das resistências<sup>33</sup>. Em países do Sul, terras comuns foram cercadas e entregues ao agronegócio, em uma tentativa de destruir a economia de subsistência e jogar um maior número de trabalhadores e trabalhadoras no mercado.

Conquistas sociais foram interrompidas por ajustes estruturais em vários países, forçando trabalhadores a assumir os custos com sua reprodução, “uma vez que os subsídios com cuidados de saúde, educação, pensões e transporte público foram todos cortados, além de haver um aumento dos impostos”<sup>34</sup>. Cada um dos elementos relacionados à reprodução foi transformado em um ponto de acumulação de capital. Importações foram estimuladas, indústrias e serviços de países do Sul, privatizadas para companhias do Norte, aumentando remessas de lucro ao exterior e diminuindo a possibilidade de investimento do Estado em assistência social. Empréstimos foram concedidos pelo FMI com a condição de que medidas de austeridade fossem realizadas. Quando não foi possível controlar populações e recursos naturais desta forma, guerras foram financiadas. Das ilhas do pacífico à África, grandes porções de terra foram privatizadas em benefício do capital e então destinadas ao agronegócio, mineração e pesca industrial.

Um processo semelhante à perseguição das mulheres ocorrida nos séculos XVI e XVII aconteceu em países africanos, com a finalidade de submeter aquelas engajadas na agricultura de subsistência às tarefas ligadas à reprodução. A globalização aprofundou as hierarquias e divisões dentro da classe trabalhadora, além de empobrecê-la: “Como consequência, a expectativa de vida está caindo e reapareceram fenômenos que a influência civilizadora do capitalismo supostamente havia apagado da face da Terra há muito tempo: escassez, fome, epidemias recorrentes — e até caça às bruxas”<sup>35</sup>.

Como resultado, dois bilhões de pessoas foram inseridas no mercado de trabalho mundial. O acesso à terra de milhões de pessoas foi cortado pelas privatizações<sup>36</sup>, fazendo com que tivessem que migrar do campo para as cidades, constituindo acampamentos ou favelas e tornando-se expostos à fome e às doenças<sup>37</sup>.

Nos Estados Unidos, atualmente, 37 milhões de pessoas passam fome e 50% da população é considerada de baixa renda, o que leva ao aumento da criminalidade e ao encarceramento em massa<sup>38</sup>. Estudantes tornam-se inadimplentes por não poderem pagar

---

of the workday and workweek has increased rather than diminishing. Precarity concerns the remuneration of work, not the work itself. The amount of unpaid labour that is being performed has increased in every sphere of production.”

<sup>33</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 212.

<sup>34</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, pp. 212-213.

<sup>35</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 216.

<sup>36</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 213.

<sup>37</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 163.

<sup>38</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, pp. 219-220.

universidades, indivíduos precisam trabalhar exaustivas jornadas em até três empregos, famílias são desestruturadas pela ausência de rendimentos ou baixa renda.

Mulheres são ainda mais prejudicadas. As que tiveram suas terras desapropriadas precisaram se lançar no mercado de trabalho vendendo mão de obra, muitas vezes como empregadas domésticas ou cuidadoras de idosos, necessitando migrar, para poder enviar alguma renda aos filhos<sup>39</sup>. Outras lançam-se no trabalho domiciliar para tentar conciliar trabalho e cuidado com a família. As consequências deste tipo trabalho são a quase escravidão. Do ponto de vista do capital, esse trabalho torna-se extremamente interessante, tendo em vista a dificuldade de mobilização que se coloca para a força de trabalho<sup>40</sup>.

Federici ressalta o fato de que políticas de “empoderamento feminino”<sup>41</sup> em que uma pequeníssima parcela das mulheres se beneficia às custas da exploração da maioria delas não são o caminho para a libertação. Após as lutas das mulheres das décadas de 1960 e 1970, a autora ressalta que não era mais possível ignorar o movimento feminista que pautava mudanças radicais capazes de colocar em xeque a acumulação de capital. O feminismo foi então apropriado pelo capital, especialmente na figura da ONU, para colocar o empoderamento feminino dentro da lógica de mercado<sup>42</sup>. A autora observa que a ONU passou a realizar encontros internacionais de mulheres ressaltando que estaria trabalhando por seus direitos, enquanto suas condições de vida estavam piorando em todas as partes do mundo, como vítimas preferenciais das consequências dos ajustes estruturais. Essa organização nunca criticou as medidas ligadas à globalização e ao neoliberalismo, responsáveis por piorar a situação das mulheres<sup>43</sup>. Contudo, passou a se apropriar do feminismo, identificando-o ao feminismo liberal de mercado e tentando legitimar-se pela contratação de um grande número de feministas.

Outras formas de captura pelo capital têm sido operadas. Uma das maneiras de dominação diz respeito aos programas de microcrédito a pessoas pobres<sup>44</sup>. Esses programas, como o do Grameen Bank de Bangladesh<sup>45</sup>, emprestam dinheiro a mulheres, por reconhecerem que elas possuem maior compromisso com suas famílias e com a comunidade. Além de lucrar com a falta de dinheiro das pessoas, eles estimulam um sistema de vigilância e denúncia entre os membros da comunidade, pois quando há inadimplências, todo o grupo ficaria sob suspeita de não pagar. Embora a taxa de inadimplência desses tipos de empréstimos seja a mais baixa do mercado, é fácil imaginar por que mulheres pobres podem se tornar não pagantes. Pode acontecer de precisarem comprar remédios aos filhos ou realizar algum gasto adicional relacionado à sobrevivência. Federici ressalta que a razão da insistência em disseminar as políticas de microcrédito seria dupla: a primeira diretamente ligada aos lucros e a segunda conectada ao controle de populações, especialmente de mulheres que não eram tão dependentes do mercado para sobreviver, por cultivarem sua subsistência.

---

<sup>39</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 187.

<sup>40</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 227.

<sup>41</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 31.

<sup>42</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p.183.

<sup>43</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 244.

<sup>44</sup> FEDERICI, *Women, money and debt: notes for a feminist reappropriation Movement*, p. 182: “How debt is today used by international financial agencies to place women in a more exploitative and subordinate position, as well as break communal solidarity is best exemplified by the case of ‘microcredit.’”

<sup>45</sup> FEDERICI, *Women, money and debt: notes for a feminist reappropriation Movement*, p. 182.



## A luta pela liberdade

A partir dos escritos de Federici, podemos entender que a edificação da liberdade passa por lutas para a construção de uma sociedade sem opressão o que implica o fim das classes sociais, distribuição da riqueza, igualdade entre gêneros, fim da discriminação e dominação racial, entre outras formas de exploração. Vejamos como ela descreve as lutas que foram formadas ao longo da história.

Os cercamentos de terras, fator fundamental para a acumulação primitiva de capital, não foram feitos sem resistência, pois, no século XV, a derrubada de cercas se tornou “a forma mais importante de protesto social” e o símbolo do conflito de classes<sup>46</sup>. O maior movimento contra os cercamentos foi a rebelião de Kett. No auge da revolta, os rebeldes possuíam um exército de 16.000 pessoas que tomou a cidade de Norwich (segunda maior cidade da Inglaterra na época). Os insurgentes escreveram um programa de vinte e nove pontos; a primeira demanda ressaltava que ninguém deveria voltar a promover cercamentos, outros artigos advertiam que os aluguéis precisariam ser diminuídos a valores iguais aos dos sessenta e cinco anos anteriores e que todos os servos deveriam ser libertados. Se essas demandas tivessem sido vitoriosas e se tivessem conseguido avançar pela Europa poderiam ter barrado o sangrento processo de acumulação primitiva.

Inúmeras rebeliões contra os cercamentos contaram com a presença, às vezes exclusiva, de mulheres<sup>47</sup>. Sendo as mais afetadas pela destruição da vida comunal, elas tinham um interesse ainda maior em manter esse modo de vida, tendo em vista que o acesso direto à terra garantia a sua subsistência e o sustento dos filhos, bem como o apoio mútuo no nascimento das crianças e em seus cuidados, reduzindo o domínio patriarcal.

Nas colônias ocorreram diversas revoltas ao projeto colonial. Federici cita Anonio García de León em seu livro *Resistencia y Utopía*: “as mulheres dirigiram ou guiaram todas as grandes revoltas anticoloniais”<sup>48</sup>. Segundo a autora, anteriormente à colonização, as mulheres indígenas possuíam sua própria forma de organização, eram produtoras de panos coloridos, agricultoras, donas de casa, tecelãs, oleiras, herboristas e curandeiras<sup>49</sup>. Com a conquista, colonizadores vieram para explorar em todas as dimensões os indígenas impondo suas formas político-econômicas de domínio, inclusive introduzindo fortemente a misoginia e reestruturando o poder em favor dos homens. A poligamia foi declarada ilegal pelos espanhóis, mulheres foram reduzidas à condição de servas forçadas a trabalhar para *encomenderos*, sacerdotes e *corregedores*; nenhuma delas encontrava-se a salvo dos estupros e outros abusos sexuais. Muitas delas eram forçadas aos trabalhos das minas, “um destino que era considerado pior que a morte”<sup>50</sup>.

---

<sup>46</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 141.

<sup>47</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 143: “Quarenta mulheres foram “derrubar as cercas e as barreiras” de um cercamento em Waddingham (Lincolnshire) em 1608; e, em 1609, num feudo de Dunchurch (Warwickshire), “quinze mulheres (...) se reuniram por sua conta para desenterrar as cercas e tapar os canais” (ibidem, p. 97). Novamente, em York, em maio de 1624, as mulheres destruíram um cercamento (...). Mais tarde, em 1641, a multidão que irrompeu num pântano cercado em Buckden era formada fundamentalmente por mulheres (...).”

<sup>48</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 404.

<sup>49</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 401.

<sup>50</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 401.

Assim, as mulheres tornaram-se as principais resistentes ao domínio colonial, negando-se a adotar a religião cristã, a batizar filhos, a ir à missa e a qualquer tipo de colaboração com os colonos. Muitas se suicidaram ou mataram os filhos, provavelmente em contraposição ao novo modo de vida imposto<sup>51</sup>. Diante da traição dos chefes locais que colaboraram com os invasores, mulheres organizaram comunidades, tornaram-se líderes e sacerdotisas<sup>52</sup>. Elas compuseram a estrutura fundamental do importante movimento de resistência Taki Onqoy: “um movimento nativo milenarista que argumentava contra a colaboração dos indígenas com os europeus e a favor de uma aliança pan-andina dos deuses locais (*huacas*) para pôr fim à colonização”<sup>53</sup>. Inúmeras rebeldes fugiram para locais mais elevados (*pumas*) para poder continuar cultivando suas terras, bem como para preservar suas culturas.

O processo de caça às bruxas também ocorreu nas Américas com alegações parecidas às que ocorriam na Europa, como “pactos e fornicação com o diabo, prescrição de remédios à base de ervas, uso de unguento, voar pelos ares e fazer amuletos de cera (...)”<sup>54</sup>. A realização da perseguição cumpria a tarefa de destruir a tradição comunal indígena e de atingir a principal resistência aos conquistadores. O terror e a tortura foram usados para controlar as mulheres, contudo seu isolamento não foi alcançado. Ao contrário, as mulheres andinas acusadas de bruxaria eram cada vez mais reivindicadas como parteiras, pois no imaginário indígena suas práticas significavam a continuidade das tradições ancestrais e a resistência política. Em Oaxaca, mulheres continuaram levantes durante o século XVIII: nessa época, “visivelmente mais agressivas, ofensivas e rebeldes” (Taylor, 1979, p. 116)<sup>55</sup>. Elas também foram peças fundamentais em revoltas como a de Chiapas, em 1524. Foi uma sacerdotisa quem liderou os insurgentes chiapanecos contra o ataque dos espanhóis. A população indígena resiste até os dias atuais contra a tentativa de usurpação de suas terras, corpos e cultura, o que demonstra que a caça às bruxas e outros processos de perseguição, nas Américas, não aniquilou a resistência anticolonial e anticapitalista que existe há mais de quinhentos anos<sup>56</sup>.

No Caribe, senhores de escravos cederam terras a povos escravizados, para que produzissem sua própria subsistência, com a finalidade de torná-los menos custosos. Especialmente, mulheres passaram a cultivar produtos e vendê-los nos mercados locais. A independência dos povos escravizados, no Caribe, foi impulsionada pela possibilidade de poderem consumir ou vender esses bens. Como resultado, mulheres conquistaram um importante lugar na economia das *plantations* como feirantes e vendedoras ambulantes dos produtos que cultivavam. De tal maneira que no final do século XVIII praticamente detinham o monopólio dos produtos das ilhas, fornecendo bens para pessoas brancas e negras, constituindo um protocampesinato. Federici<sup>57</sup> lembra que, de acordo com alguns historiadores, mesmo antes da emancipação, a escravidão, no Caribe, havia quase desaparecido e ressalta que isso se deve, principalmente, ao fato de as mulheres negras terem desenvolvido uma política de autossuficiência, colaboração, solidariedade e preservação da

---

<sup>51</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 402.

<sup>52</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 402.

<sup>53</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 392.

<sup>54</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 404.

<sup>55</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 405.

<sup>56</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 382.

<sup>57</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 230.

cultura africana. A história firmou as bases da transmissão intergeracional de cooperação e reapropriação dos meios de subsistência, principalmente da terra, que se colocam “contra a tentativa capitalista de impor a escassez e a dependência como condições estruturais de vida”<sup>58</sup>.

No Brasil, povos africanos trazidos violentamente para se tornarem escravizados e escravizadas enfrentavam as mais cruéis torturas e assassinatos. Frequentemente, fugiam e criavam comunidades alternativas sem divisões de classes, para recompor suas subjetividades e vidas em liberdade<sup>59</sup>. Para além da fuga, pequenas resistências eram perpetradas pelo povo negro, como o aprendizado da leitura para que pudessem se informar, inclusive, sobre acontecimentos políticos<sup>60</sup>.

Além da constante resistência do povo negro à escravidão, mulheres brancas, nos EUA, juntaram-se à luta pela abolição, muito provavelmente, porque se identificavam com a causa. É claro que sua posição não envolvia todas as torturas e maus-tratos a que escravizados e escravizadas estavam submetidos, mas, repetidamente, descreviam-se desta forma, devido à ausência de autonomia diante de seus maridos e à pouca oportunidade de possuir voz no espaço público. Isso constituiu o que Angela Davis chamou de “uma poderosa aliança”<sup>61</sup>, algo que pode se repetir, caso aqueles e aquelas que não são diretamente oprimidos venham a se colocar no lugar de quem é.

Sabe-se, no entanto, que mulheres brancas, nos EUA, abandonaram seus irmãos e irmãs negras à própria sorte, assim que a abolição foi proclamada, argumentando, enganosamente, que o povo negro estaria na mesma situação que elas. O que não consideraram, contudo, é que a luta pela liberdade do povo negro estava apenas no início, tendo em vista suas péssimas condições materiais e o forte racismo que, frequentemente, provocava linchamentos e assassinatos. Feministas brancas passaram a adotar um discurso cada vez mais racista com o intuito de que homens brancos, com poder político-econômico, lhes concedessem o direito ao voto. Essa aliança, em que um grupo oprimido, como o das mulheres brancas, une-se aos opressores é o que podemos denominar de aliança não potente, batalha não produtiva, que apenas reforça o poder da classe dominante às custas de outro grupo oprimido.

Ambos os exemplos históricos nos ensinam sobre os tipos de luta pela liberdade que devemos travar e os tipos de luta que precisamos evitar. Batalhas que unifiquem e fortaleçam corpos contra qualquer tipo de opressão são combates potentes capazes de desestabilizar sistemas de exploração, enquanto lutas em que uma parte dos oprimidos une-se aos opressores, com o intuito de se “libertar” às custas de outro grupo oprimido, são batalhas improdutivas que reforçam opressões.

---

<sup>58</sup> FEDERICI, *Calibã e a Bruxa*, p. 231.

<sup>59</sup> RIBEIRO, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, p. 220: “Sua forma era principalmente a da fuga, para a resistência e para a reconstituição de sua vida, em liberdade, nas comunidades solidárias dos quilombos, que se multiplicaram aos milhares.”

<sup>60</sup> DAVIS, *Mulheres, raça e classe*, pp. 34-35: “Em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais. Em Natchez, Louisiana, uma escrava comandava uma ‘escola noturna.’”

<sup>61</sup> DAVIS, *Mulheres, raça e classe*, p. 47: “Prudence Crandall foi uma professora que desafiou a população branca de Canterbury, Connecticut, ao aceitar uma menina negra em sua escola. Sua postura íntegra e inflexível durante toda a polêmica simbolizou a possibilidade de firmar uma poderosa aliança entre a já estabelecida luta pela libertação negra e a embrionária batalha pelos direitos das mulheres” (Grifo nosso).

Em *O ponto zero da revolução*, Federici retrata as lutas que empreendeu em sua militância dos anos 1970 até os dias atuais. Combates que acreditou e acredita serem relevantes para a conquista da liberdade. O livro nos apresenta com a descrição da criação “de novos cotidianos de resistência, existência e luta”<sup>62</sup>. Segundo ela, “o ponto zero é tanto um local de perda completa quanto um local de possibilidade, pois só quando todas as posses e ilusões foram perdidas é que somos levados a encontrar, inventar, lutar por novas formas de vida e reprodução”<sup>63</sup>.

No primeiro período, a autora juntou-se ao movimento que demandava salários para o trabalho doméstico, a *International Wages for Housework Campaign* (WfH). Combate que minaria as bases da acumulação de capital, porque significaria exigir algo que o sistema não está preparado para pagar<sup>64</sup>. A vitória obrigaria o capital a reconhecer que as atividades reprodutivas são um trabalho e que a maioria das mulheres o realiza sem remuneração. Remunerar a reprodução e o cuidado de pessoas poderia colocar em xeque esse modo de produção, constituído, desde o primeiro período de acumulação primitiva, com bases na exploração não remunerada de trabalho: “todos os momentos da vida operam em função da acumulação de capital. O salário e a falta dele permitem ao capital obscurecer a verdadeira duração da nossa jornada”<sup>65</sup> e é por isso que a luta por salários domésticos se transforma em uma batalha contra o capital.

O trabalho doméstico e a casa não são estranhos ao sistema fabril, ao contrário, são seu fundamento, pois não há força de trabalho que produza mercadorias que não tenha sido criada e educada por uma ampla porção de trabalho não remunerado, realizado sobretudo por mulheres<sup>66</sup>. O movimento por salários para o trabalho de reprodução exigia que “esses salários fossem pagos não pelos maridos, mas pelo Estado, como representante do capital”<sup>67</sup>, com o intuito de enfraquecer as bases do sistema. Ademais, procurava-se dissipar a ideia de que essas tarefas seriam naturais às mulheres enquanto ato de amor e não um trabalho propriamente dito. A mulher despenderia toda a sua energia cuidando da casa, dos filhos, além de “servir física, emocional e sexualmente ao trabalhador do sexo masculino”<sup>68</sup>. Como uma das inúmeras políticas do modo de produção capitalista para dividir a classe trabalhadora: “quanto mais pancadas o homem leva no trabalho, mais bem treinada deve estar sua esposa para absorvê-las e mais autorizado estará o homem a recuperar seu ego à custa da mulher”<sup>69</sup>. A fraude que se esconde pelo nome de casamento e trabalho de amor afeta as mulheres, pois espera-se que elas estejam em uma relação de servidão ao mundo masculino.

A luta por salários em relação ao trabalho doméstico faria parte da tarefa de construir uma batalha para desmistificá-lo como natural, recusando o papel feminino que o capital

---

<sup>62</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 9.

<sup>63</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 14.

<sup>64</sup> MIGUEL, *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*, p. 302: “Pagar el trabajo reproductivo es, además, una manera de explotar el sistema porque supondría el fin de la acumulación de riqueza que es extraída del trabajo de las mujeres desarrollado para sostener la capacidad laboral de las personas.”

<sup>65</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 77.

<sup>66</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 23.

<sup>67</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 27.

<sup>68</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 44.

<sup>69</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 45.

inventou para as mulheres<sup>70</sup>. Uma diferença qualitativa nas lutas dos trabalhadores assalariados estaria relacionada ao fato de que estes, embora desafiem seu papel social, permanecem dentro dele como assalariados, enquanto as mulheres estariam lutando contra este lugar que o capitalismo lhes impôs.

Federici ressalta que a campanha de empoderamento feminino para a conquista de um segundo trabalho não muda a condição das mulheres, apenas aumenta a carga de trabalho. A mistificação, que o capital produz, esconde por trás dos trabalhos assalariados os trabalhos de mulheres que parecem ser um serviço externo ao capital<sup>71</sup>. Dessa forma, elas não estariam sofrendo com o capital, mas sim com sua ausência. O trabalho, no modo de produção capitalista, não é libertação, mas exploração, e se a maioria das mulheres procura um trabalho assalariado, não o faz por prazer, mas por necessidade. Federici rejeita qualquer vertente de esquerda que demande mais capital, pois o capitalismo é constituído como um modo de produção gerador de opressões. A luta por salários para o trabalho doméstico, que compôs o foco principal de mobilização da autora, especialmente na década de 1970, se constitui como uma batalha distinta da demanda por mais capital. Essa luta visa a desestabilizar o modo de produção ao forçá-lo a reconhecer este trabalho como tal e a remunerá-lo até o ponto de o sistema se tornar “ineconômico”, pela sabotagem de uma de suas bases, pautada na não remuneração<sup>72</sup>.

Atualmente, contudo, o foco de luta da autora está voltado para o cultivo e preservação dos *commons*. A autora ressalta que há muitos exemplos, como “terra, água, os comuns do ar, comuns digitais, comuns do serviço; nossos direitos conquistados (por exemplo, pensões de seguridade social) muitas vezes são descritos como comuns, assim como as línguas, as bibliotecas (...)”<sup>73</sup>. Entretanto, nem tudo que é chamado de comum está no mesmo patamar. O tipo de comum que constrói uma forma de luta anticapitalista é o que fortalece laços de solidariedade e não é apropriado pelo mercado<sup>74</sup>.

É importante notar também que “uma questão que a esquerda ainda não se colocou é como aliar os vários comuns que se proliferam (...) para formar um todo coeso que ofereça a base para um novo modo de produção”<sup>75</sup>. Apesar de algumas dessas experiências demonstrarem fazer frente ao capitalismo pelos laços de solidariedade que geram e pela resistência ao mercado que fazem, não está claro de que maneira podem ser conectados. O principal comum citado por Federici é o uso da terra ligado à produção de subsistência. Segundo a autora, as mulheres são as principais produtoras de subsistência do mundo “e estão na vanguarda da luta por uso não capitalista dos recursos naturais (terra, florestas e águas) (...)”<sup>76</sup>. A terra não seria um “fator de produção” qualquer para o capitalismo: ela seria expropriada como forma de ser utilizada para o lucro, bem como para apartar camponeses e camponesas de seus meios de subsistência e de seus laços comunais, deixando-os vulneráveis à exploração.

---

<sup>70</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, pp. 46-47.

<sup>71</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 62.

<sup>72</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 85.

<sup>73</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 305.

<sup>74</sup> CAFFENTZIS e FEDERICI, *Commons against and beyond capitalism*, p. 100: “What then qualifies as ‘anti-capitalist commons?’ In contrast to the examples that we have discussed, the commons we wish to construct aim to transform our social relations and create an alternative to capitalism.”

<sup>75</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 311.

<sup>76</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 277.

Atualmente, duzentos milhões de pessoas produzem esse tipo de agricultura e 1 bilhão de pessoas dependem desses alimentos para sobreviver<sup>77</sup>. A agricultura de subsistência representa não apenas a constituição de segurança alimentar de milhões de pessoas, como também reduz a vulnerabilidade em relação ao mercado e mantém laços comunitários de solidariedade entre pessoas que cultivam a terra. Populações continuam resistindo à completa exploração e à privatização da vida através do cultivo de qualquer terra que encontram disponíveis.

Mulheres, as principais responsáveis pela família, plantam em terrenos abandonados ou terras desocupadas. Nas cidades, terrenos e terras públicas abandonadas passaram a ser cultivados<sup>78</sup>. No EUA, jardins urbanos proliferaram entre as décadas de 1980 e 1990, especialmente por conta da imigração de pessoas da África, Caribe ou do sul do país. Em Nova York, na década de 1980, havia 8.050 hortas urbanas formando laços de solidariedade comunitária como a coalizão verde do Harlem. Os plantios não só fornecem alimentos e alguma autonomia como criam solidariedade: “a agricultura de subsistência dá às mulheres um meio essencial de controle sobre a própria saúde e sobre a saúde e a vida de suas famílias”<sup>79</sup>.

Os comuns não apenas produzem bens que contestam o mercado, como também fortalecem laços comunitários, cooperativos, novas formas de vida e de subjetividades. O capital, na personificação dos capitalistas, tem tentado absorver a ideia dos comuns para o lucro. Uma corrente de economistas capitalistas defende que é de interesse da acumulação de capital que bens comuns sejam produzidos. Como distinguir formas de produção que apenas carregam o nome de comuns de maneiras de produzir que representam uma contraposição ao capital? Segundo a autora, “nenhum comum é possível a menos que neguemos a reproduzir nossas vidas com base no sofrimento dos outros”<sup>80</sup>. Comuns não são apenas formas de produção de bens, como também nos tornam sujeitos comuns.

O significado de comum diz respeito à construção de uma verdadeira comunidade, não como uma realidade cercada em que “um grupo de pessoas se junta por interesses exclusivos que as separam de outros”<sup>81</sup>. O tipo de comum ao qual Federici se refere preza pela qualidade das relações humanas que não envolvam exploração, ao contrário: “um princípio de cooperação e responsabilidade: uns com os outros, com a terra, as florestas, os mares, os animais”<sup>82</sup>. Os assentamentos do MST, no Brasil, apresentam importantes experiências de comuns, pois além de o movimento lutar pela reapropriação da terra, reconstrói as subjetividades de seus participantes. Nessas experiências, a casa se torna um só complexo em que mulheres e homens dividem os trabalhos domésticos, bem como estabelecem uma vida compartilhada, genuinamente comunal<sup>83</sup>.

Assim, a luta pela liberdade protagonizada e defendida pela autora abrange todas as batalhas pela construção de formas de produção e sociabilidade que eliminem a exploração de seres humanos por seres humanos, que levem em conta nossa organicidade com a natureza, que transformem nossas subjetividades em uma direção verdadeiramente solidária

---

<sup>77</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 300.

<sup>78</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 311.

<sup>79</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 301.

<sup>80</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 317.

<sup>81</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 317.

<sup>82</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 318.

<sup>83</sup> FEDERICI, *O Ponto Zero da Revolução*, p. 323.

e fraterna, em suma, que se empenhem em lutas anticapitalistas. As mencionadas lutas se expressaram nos exemplos passados e presentes das rebeliões contra os cercamentos e nas batalhas anticoloniais, como no caso das mulheres indígenas e negras do Caribe, para manter sua autossuficiência através do cultivo da terra e da preservação de suas culturas. Outros exemplos de luta pela liberdade podem ser vistos na construção de comunidades solidárias dos quilombos brasileiros, nas pequenas resistências das comunidades escravizadas pelo aprendizado da leitura, nas batalhas abolicionistas como a que uniu o povo negro às mulheres brancas nos Estados Unidos. A luta pelos salários para o trabalho doméstico, pelo acesso à terra como forma de garantir a subsistência dos indivíduos, bem como a batalha pelos comuns anticapitalistas são todos exemplos que tecem a noção de liberdade para autora.

Em outros termos, a conquista da liberdade para Federici envolve lutas anticapitalistas que visem a eliminar qualquer vestígio de opressão como diversas batalhas antirracistas, antissexistas, anticlassistas, pela reapropriação dos meios de vida e pela construção de subjetividades verdadeiramente solidárias.

## Referências bibliográficas

AUSTIN, Arlen. “Times of dispossession and (re)possession: An interview with Silvia Federici”. In: *TDR: The Drama Review*. New York, 62:1, (T237), Spring, 2018, pp.131-142.

CAFFENTZIS, G. FEDERICI, S. “Commons against and beyond capitalism”. In: *Community Development Journal*. Vol. 49, n.S1, January, 2014, pp. i92–i105.

DAVIS, Ângela. *A Liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

\_\_\_\_\_. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. [Women, race & class. New York: Vintage Books, 1983].

DIAS, M.C.L.C. “A questão da opressão para Angela Davis”. In: *Princípios*. Natal, Vol. 27, n.52, Jan-Abr., 2020, pp. 143-163.

ELLIOT, Jane e FRANKLIN, Seb. “The synthesis is in the machine: An Interview with Silvia Federici”. In: *Australian Feminist Studies*, Vol. 33, n. 96, 2018, pp. 172–177.

FABBRI, L. “Desprendimiento androcéntrico. Pensar la matriz colonial de poder desde los aportes de Silvia Federici y María Lugones”. In: *Universitas humanística*. Bogotá, n. 78, jul-dez, 2014, pp. 89-107.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Elefante editora, 2017.

\_\_\_\_\_. “From commoning to debt: financialization, microcredit, and the changing architecture of capital accumulation”. In: *The South Atlantic Quarterly*. Duke, 113:2, Spring, 2014.

\_\_\_\_\_. “Marx and feminism”. In: *TripleC*. New York, 16(2), 2018, pp. 468-475.

\_\_\_\_\_. *O Ponto Zero da Revolução*. São Paulo: Elefante editora, 2019.

\_\_\_\_\_. “O feminismo não é uma escada para a mulher melhorar sua posição”. *El País*, 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/cultura/1553071085\\_109576.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/cultura/1553071085_109576.html)

\_\_\_\_\_. “Women, money and debt: Notes for a feminist reappropriation Movement”. In: *Australian Feminist Studies*, Vol. 33, n. 96, 2018, pp. 178–186.

HERNÁNDEZ, T. C. DELMY e MARTÍNEZ, T. G. MARÍA. “En nombre de Sycorax: un homenaje a Silvia Federici”. In: *Nómadas*, 48, 2018, pp. 206-215.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MIGUEL, Ana, F. de V. “Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas”. In: *Revista Española de Ciencia Política*, n. 39, Noviembre, 2015, pp. 301-305.

RAMOS, S. S. “Mulheres e gênese do capitalismo: de Foucault a Federici”. In: *Princípios*. Natal, Vol. 27, n. 52, Jan-Abr., 2020, pp. 199-212.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.